

PAINEL

VERA MAGALHÃES painel@uol.com.br

Comando supremo

O mapa mais atualizado de nomes para coordenar a reeleição de Dilma Rousseff define o que auxiliares da presidente apelidaram de “comando supremo” da campanha. Além do time operacional, a petista contará, segundo interlocutores, com um triunvirato composto pelo ex-presidente Lula, pelo governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), e pelo vice-presidente, Michel Temer (PMDB). O grupo vai tratar das questões mais delicadas, como as relacionadas à formação de alianças.

Mão na massa Para executar tarefas do dia a dia, estão escalados, por ora, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, e o ex-presidente do PT paulista Edinho Silva.

Tubo de ensaio Emisários de Dilma têm testado entre petistas o nome da ministra Marta Suplicy (Cultura) para a vaga de Aloizio Mercadante no Ministério da Educação, caso ele deixe a pasta para assumir a Casa Civil. A reação não tem sido positiva.

Planilha 1 Até o início de dezembro, o governo computou 160 mil inscritos no programa Ciência sem Fronteiras, que tem como objetivo aumentar o intercâmbio de estudantes brasileiros em instituições de ensino superior de diversos países.

Planilha 2 Já foram concedidas 60 mil bolsas, sendo 57 mil pagas pelo governo e 3.000 pela iniciativa privada. A meta é atingir o número de 101 mil bolsas até 2015.

SP 40°C A Prefeitura de São Paulo vai transformar o estacionamento do parque Ibirapuera em uma área de lazer permanente, apelidada de “praia paulistana”, com piscinas infantis, areia e quadras de futevôlei. O acesso de veículos ao parque ficaria fechado definitivamente, como já ocorre aos domingos.

Em conta O plano está pronto, mas depende de patrocínio para ser implementado ainda em 2014. De acordo com a Secretaria do Verde, se isso não ocorrer, o financiamento do projeto será incluído no Orçamento de 2015.

Na reserva Com dificuldades para encontrar nomes para a reforma de seu secretário, Geraldo Alckmin (PSDB) chegou a conversar com antigos integrantes do primeiro escalão do governo paulista. Recentemente, o tucano sondou Francisco Luna, que foi secretário de Planejamento de José Serra.

Canthino Auxiliares de Alckmin estudam oferecer ao PSC a vaga de secretário-adjunto de Justiça. A sigla, que acertou apoio à reeleição do tucano, ocupava cargo na Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, que o governador decidiu extinguir.

Despedida Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ) vão definir em conjunto os substitutos de até 11 secretários que deixarão o governo fluminense em abril para disputar as eleições.

Áreas indígenas dependerão de consulta a nove ministros

Projeto do Ministério da Justiça muda processo para demarcação de terras

Funai mantém controle, mas terá que garantir participação de outros órgãos, como querem os aliados dos ruralistas

MARINA DIAS DE SÃO PAULO

As mudanças que o governo quer fazer nas regras para demarcação de terras indígenas no país submetem a criação de novas áreas à avaliação de nove ministérios, reduzindo o controle que a Funai (Fundação Nacional do Índio) tem sobre o processo.

O assunto está em debate no governo desde o ano passado e agora parece estar perto de uma definição. Uma portaria com alterações no decreto que regulamenta a questão desde 1996 foi submetida pelo Ministério da Justiça a consultas e pode ser publicada nos próximos meses. Se for mantida como está, a portaria obrigará a Funai a ouvir outros órgãos sempre que quiser demarcar ou ampliar terras para uso exclusivo de comunidades indígenas. Se não houver acordo entre eles, caberá ao Ministério da Justiça o papel de mediador.

No início de dezembro, o documento foi enviado para consulta de entidades indígenas, órgãos do governo e associações de produtores rurais. O Ministério da Justiça promete oficinas para discutir as mudanças com índios, parlamentares e fazendeiros.

“O resultado da portaria veio do debate com vários órgãos que serão novamente ouvidos”, disse à **Folha** o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “Poderemos incorporar sugestões e, em seguida, publicaremos a portaria.”

Existe mais de uma centena de áreas indígenas em estudo na Funai atualmente. Elas se transformaram no ano passado num foco de atrito político entre o governo, os defensores dos índios e o agronegócio, que vê na expansão das terras indígenas uma ameaça aos seus interesses.

O ministro afirma que os objetivos das mudanças são “reduzir a judicialização e agilizar a demarcação de terras indígenas”, mas a portaria foi recebida com críticas em dois campos do debate.

PARALISIA

Para o ex-presidente da Funai Márcio Santilli, coordenador do ISA (Instituto Socioambiental) em Brasília, o texto “burocratiza e politiza” a formação dos grupos de trabalho encarregados de examinar as propostas de criação de áreas indígenas, o que deve “paralisar a identificação e delimitação das terras”.

De acordo com a portaria, os integrantes desses grupos serão nomeados pela Funai e serão coordenados por antropólogos. Mas a presença de representantes de outros ministérios introduzirá no processo pessoas “que não têm como foco central identificar terras indígenas”, diz Santilli.

A portaria determina que sejam chamados os ministérios da Agricultura, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, de Minas e Energia, do Planejamento e dos Transportes, além da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos, que têm status de ministério, e de um procurador

ESTICANDO O PROCESSO

Proposta prevê incluir mais órgãos na análise de demarcações

Como é agora	A proposta
1 A Funai nomeia grupo de até cinco especialistas para fazer estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais	O grupo deverá incluir um procurador federal indicado pela Advocacia-Geral da União. A Funai precisará notificar 7 ministérios e 2 secretarias, que podem optar por participar do processo
2 O relatório é publicado no “Diário Oficial” e enviado ao Ministério da Justiça após resolução de divergências internas	A Funai envia o relatório às comunidades indígenas e aos órgãos públicos. Se houver conflitos de interesse, a Funai poderá levar o problema ao ministro da Justiça pedindo mediação
3 O ministro da Justiça decide sobre a demarcação, declarando se a terra é ou não de uso exclusivo dos índios	Se os conflitos não forem resolvidos, a Funai poderá determinar a formação de um novo grupo e recomendar o processo
4 Caso autorizada pelo Ministério da Justiça, a demarcação da terra é feita	O ministro da Justiça poderá determinar audiências públicas e outras consultas técnicas antes de demarcar a terra
5 A terra tem os limites homologados pela Presidência e é registrada em cartório em nome da União	A terra tem os limites homologados pela Presidência e é registrada em cartório em nome da União

ANÁLISE

Índios não trazem votos, como bancada ruralista e PMDB

MARCELO LEITE DE SÃO PAULO

Foi preciso que índios mantivessem por sete anos a cobrança ilegal de pedágio nos confins da Transamazônica e que habitantes de Humaitá e Apuí (AM) pusessem fogo na Funai para que o país se desse conta da existência de um povo e de uma terra indígena chamados Tenharim.

Até então, essa ignorância específica se confundia com o desconhecimento geral sobre a realidade de 241 povos indígenas do Brasil. Considerá-los sempre em sua generalidade — a “questão indígena” —, como preferem a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e o aliado Palácio do Planalto, é o caminho certo para não resolvê-la.

Desse ponto de vista abstrato, sempre parecerá desmesurado que as 690 áreas reconhecidas aos índios ocupem 13% do território nacional. Um olhar mais detido, contudo, revelará que 98,5% desse 1,1 milhão de quilômetros quadrados se encontram na Amazônia.

A floresta é aquela parte do país na qual sobreviveu ou se refugiou a população sobrevivente de indígenas. Só nas últimas décadas foi alcançada pela frente de expansão agropecuária, que já esbarra em limites para a incorporação contínua de terras baratas ou griláveis.

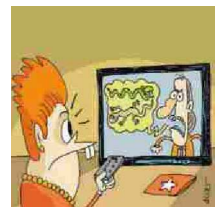
O mero 1,5% de terras indígenas fora da Amazônia é um bom indicador da dificuldade de reconhecê-las no Brasil perto da costa, onde os índios foram primeiramente exterminados ou assimilados. É aí que se concentra boa parte da centena de terras ainda por homologar.

Essa também é a fonte primária das dificuldades judiciais e eleitorais que o Ministério da Justiça busca reequilibrar com a portaria que deve dificultar o reconhecimento. A situação é particularmente conflituosa em Mato Grosso do Sul, mas também há litígios no Sul e no Nordeste do país.

Esses processos remanescentes estão com 20 anos de atraso. Pela Constituição Federal, deveriam ter sido encerrados em 1993.

Nessas duas décadas, o agronegócio cresceu. De 1997 a 2013, o saldo de sua balança comercial saltou de US\$ 15 bilhões a quase US\$ 80 bilhões. Sem ele, o comércio exterior do país seria deficitário.

A iniciativa política está nas mãos dos ruralistas, favorecidos ainda pela representação distorcida de Estados produtores de bens primários na Câmara dos Deputados e pelo peso adquirido, no governo do PT, pelo maior partido dos rincões, o PMDB. Nessa configuração, não será surpresa se as promessas rondonianas da Constituição de 1988 forem abandonadas de vez e se novas manifestações de ódio aos índios pipocarem pelo país.



Desce a lenha Preocupados com a eventual indicação de Ciro Gomes (Pros) para um ministério de Dilma, petistas do Ceará fizeram chegar ao Planalto um vídeo do ex-ministro com críticas ácidas ao governo da presidente e ataques ao PMDB de Temer.

Não passará 1 Pesquisas em posse do PT concluíram que Eduardo Campos (PSB) não teria êxito, se a eleição fosse hoje, na estratégia de se apresentar como candidato “do Nordeste”. Os levantamentos detectaram rejeição ao pernambucano no Ceará, na Bahia e mesmo na Paraíba, governada pelo PSB.

Não passará 2 Os estrategistas de Dilma querem usar a tradicional rixa existente entre Estados da região para tentar restringir o apelo de Campos a Pernambuco.

Só dá ele A direção nacional do PSB decidiu que Campos vai ocupar todas as propagandas regionais de TV e rádio a que o partido terá direito no primeiro semestre deste ano. O objetivo é compensar a desvantagem de exposição que o pernambucano tem em relação a Dilma.

» com ANDRÉIA SADI e BRUNO BOGHOSSIAN

tiroteio

“Não é a meta fiscal que causa nervosismo. A própria permanência de Guido Mantega no cargo dá a certeza de que nada vai melhorar.”

DO DEPUTADO JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA), sobre Guido Mantega ter dito que antecipou o anúncio do superavit primário para acalmar os “nervosinhos”.

contraponto

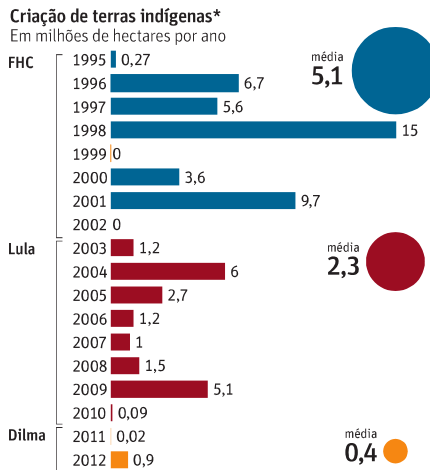
Contabilidade criativa

Na discussão do projeto que altera as bancadas de deputados federais dos Estados, em novembro, Esperidião Amin (PP-SC) protestou quando Simão Sessim (PP-RJ) declarou o resultado de uma votação que rejeitou um requerimento apresentado no plenário:

—Presidente, todos ergueram dois braços. O que é isso? Votação duplicada? —disse Amin, rindo.

—Chega de brincadeira, pelo amor a Deus! O presidente contou e dividiu por dois. Aqui não é jardim de infância — retrucou Alceu Moreira (PMDB-RS).

—Deputado, como professor de matemática que sou, eu contei pela metade — encerrou Sessim.



As terras indígenas no país*

■ Terras declaradas, homologadas, regularizadas
■ Terras em estudo e delimitadas



federal nomeado pela AGU (Advocacia Geral da União). Integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, que defende os interesses do agronegócio no Congresso Nacional, também têm ressalvas às mudanças propostas. Para eles, a participação de outros ministérios no processo de demarcação de terras indígenas — uma demanda antiga dos ruralistas — seria muito limitada, por se restringir apenas ao fornecimento de dados e ao acompanhamento de trabalhos de campo, mantendo a responsabilidade das decisões com a Funai. Além disso, a portaria autoriza a Funai a vetar representantes indicados pelos ministérios e permite que ela convoque um novo grupo de estudos nos casos em que nem a mediação do Ministério da Justiça for suficiente para alcançar o consenso.